



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº /2016

(Do Sr. Deputado Pedro Uczai)

Requer Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, para discutir a criminalização e as represálias aos estudantes envolvidos em manifestações e ocupações de escolas, institutos federais e universidades em todo o país.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º da Constituição Federal e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, após ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública para discutir a criminalização e as represálias aos estudantes envolvidos em manifestações e ocupações de escolas, institutos federais e universidades em todo o país, por parte do Ministério da Educação. Contando com os seguintes convidados:

- Camila Lanes – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
- Mendonça Filho – Ministro da Educação
- Grace Maria Fernandes Mendonça – Advogada-Geral da União
- Deborah Duprat – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

- Representante do Comitê de MÃes e Pais em Luta dos Secundaristas

JUSTIFICAÇÃO

Em todo o Brasil, centenas de escolas, institutos federais e universidades estão sendo ocupadas por estudantes contrários aos graves retrocessos que estão em curso na Educação brasileira. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, de 2016, a Reforma do Ensino Médio (MP 746/16) e os projetos de Escola Sem Partido são as principais medidas catastróficas que os estudantes estão denunciando e manifestando-se contra.

Tendo como principal foco o estado do Paraná, as ocupações cresceram e se espalharam por todo o país, como uma ação legítima dos estudantes de lutarem pela qualidade da Educação e evitar que o Congresso Nacional aprove os graves retrocessos mencionados.

Até o dia 24 de outubro, segundo a UBES, já eram mais de 1000 escolas ocupadas no país, além de mais de 70 universidades ocupadas, segundo a UNE. Estes números revelam o protagonismo da juventude na luta nacional que vem sendo travada em defesa da Educação.

Além das ocupações, em todo o país vêm ocorrendo manifestações de ruas contrárias à PEC 241 e aos retrocessos iniciados pelo governo Temer. Em muitos desses atos, a reação do poder público tem sido dura, marcada por violência e abuso das forças de repressão do Estado. Estamos passando por um autoritário e ilegal processo de criminalização das manifestações públicas e de criminalização e perseguição aos movimentos sociais.

Esta mesma situação agora se dá com as ocupações das escolas pelos estudantes brasileiros. O governo federal através do MEC e da AGU buscam formas de retaliar e criminalizar os estudantes envolvidos nas ocupações. Alegando dificuldades para a realização do ENEM, o MEC cobra dos estudantes a desocupação dos lugares ocupados até 31 de outubro, além de afirmar que irá tomar as “providências jurídicas cabíveis para os responsáveis pelas ocupações”.

A Advocacia-Geral da União, trabalhando junto com o MEC, afirma que poderá cobrar dos estudantes responsáveis pelas ocupações o valor das taxas

para a realização de novas provas do ENEM, segundo a AGU: “A ideia é cobrar dos responsáveis o valor pago por cada nova prova aplicada.”

Tais medidas buscam claramente punir, coibir e constranger os milhares de estudantes em luta, retaliando suas ações e criminalizando individualmente os estudantes envolvidos. Produzindo com isso um estado de absoluta perseguição no interior dos estabelecimentos escolares.

Ainda pior do que estas medidas, são os casos de violência física em manifestações e ocupações por parte das forças de repressão do Estado, relatados pelos secundaristas e por seus pais.

De acordo com relatos de mães e pais, na cidade de São Paulo foram vários os casos de perseguição, agressão e até mesmo tortura física e psicológica que vitimaram os estudantes por parte da polícia. Em Santa Catarina, em uma manifestação contrária à PEC 241, estudantes também foram arbitrariamente detidas e agredidas pela repressão policial.

Tendo em vista o exposto e a necessidade desta Comissão de Educação estar a par dos fatos ocorridos, apresento este requerimento para a realização de Audiência Pública para tratar sobre o assunto, bem como para trazer os órgãos do poder público para prestar os devidos esclarecimentos.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2016.

**Deputado Pedro Uczai
PT/SC**